



QUINTAIS PRODUTIVOS: O OLHAR FEMINISTA TRANSFORMANDO “PEQUENOS” ESPAÇOS EM GRANDES EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS

Cleidineide Pereira de Jesus¹
Deborah Murielle Santos²
Iridiani Graciele Seibert³
Michela Calaça⁴

RESUMO

Com este artigo objetiva-se discutir como a organização das mulheres camponesas a partir do feminismo e da agroecologia possibilitou uma valorização de um espaço de produção importante historicamente para a soberania alimentar das famílias camponesas, mas que não era visto, nem valorizado, pois quem produz nesse lugar, chamado quintal, são as mulheres. A experiência que apresentamos é a organização produtiva dos grupos informais e associações de mulheres organizadas politicamente no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) da região oeste do estado da Bahia, abrangendo de forma direta, aproximadamente 1000 mulheres. A metodologia utilizada passa pela epistemologia feminista e agroecológica e pela observação participante, ferramenta metodológica que nos permite observar os sujeitos de pesquisa em sua vivência cotidiana, mas também participar de alguma forma dessa construção. Como resultados encontrados, citamos a valorização do trabalho na produção dos quintais produtivos, construção de autonomia e geração de renda monetária para as mulheres, garantia da soberania alimentar e, principalmente, o reconhecimento de uma experiência que se torna um exemplo para mudanças nas relações de gênero e de transição agroecológica em toda a unidade de produção e para construção de políticas públicas específicas para a organização produtiva das mulheres rurais.

Palavras-chaves: Agroecologia; Feminismo Camponês Popular; Movimento de Mulheres Camponesas; Quintais produtivos; Políticas Públicas.

¹ Tecnóloga em Agroecologia pela Escola Latino-Americano de Agroecologia ELAA/IFPR. Militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no estado da Bahia. E-mail: cleyddh16@gmail.com.

² Tecnóloga em Agroecologia pela Escola Latino-Americano de Agroecologia ELAA/IFPR, Professora de agroecologia na Escola Família Agrícola de Riacho de Santana - Bahia. Militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no estado da Bahia. E-mail: murystar@hotmail.com.

³ Engenheira em Agroecologia pelo Instituto Universitário de Agroecologia Paulo Freire - IALA (Barinas/Venezuela) - Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no estado de Minas Gerais. E-mail: iridianigs@yahoo.com.br.

⁴ Agrônoma - Mestre em serviço social pela UFPE - Doutoranda em Ciências Sociais (UFCG). Militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no estado do Rio Grande do Norte. E-mail: michela.calaca@gmail.com.

1-INTRODUÇÃO

A experiência de construção da agroecologia e da luta feminista a partir das camponesas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no estado da Bahia, foram os elementos que potencializaram a conquista e o acesso destes sujeitos a políticas públicas e parcerias para melhorar suas vidas. Portanto, se analisa como a construção da autonomia das mulheres a partir do reconhecimento do seu trabalho é potencializado quando existe um processo político/organizativo onde elas são sujeitos da construção de soluções para seus problemas comuns. E como a perspectiva feminista e agroecológica em convergência permitem a descoberta e valorização de experiências produtivas realizadas historicamente pelas mulheres, como os quintais produtivos.

Nesse sentido, nossa metodologia para construir esse artigo passa pela observação participante, ferramenta metodológica que nos permite observar os sujeitos de pesquisa em sua vivência cotidiana, mas também participar de alguma forma dessa construção, já que as autoras desse artigo, são todas participes da Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis (CNPAS), que é o instrumento mediador da experiência discutida nesse artigo.

Como referencial teórico buscamos os estudos de Saffioti (2013), Cisne (2014), Davis (2018) sobre a imbricação entre classe, gênero e raça/etnia como formas de ampliar a análise do contexto brasileiro, partimos de sua concepção de feminismo para pensar a realidade das camponesas e no que se refere a inter-relação entre mulheres e agroecologia, a experiência concreta delas, os documentos do MMC e o trabalho de Siliprandi (2015), foram nossos principais referenciais.

2-CONTEXTUALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Parte-se da compreensão de que a sociedade em que vivemos está estruturada sobre três pilares, que regem as relações sociais: o racismo, o patriarcado e o capitalismo, estes pilares se entrelaçam e se sustentam entre si, formando um sistema de dominação e exploração, impondo um lugar de inferioridade e subordinação para as mulheres, a qual se agudiza para as mulheres negras, pois, a elas cabem as marcas de uma sociedade com mais de 04 séculos de escravização e com uma abolição, sem libertação (SAFFIOTTI, 2013),(CISNE, 2014), (DAVIS, 2018). Marcas que se naturalizam e se ocultam em todas as relações sociais, condicionando a vida das mulheres negras a inferioridade, subalternização no trabalho, precarização da vida, maior

vulnerabilidade a violência e ainda a negação de si mesmas, de sua cor, suas características físicas, histórias, ancestralidade, lutas e resistências (ALMEIDA; JESUS, 2020). Porém, as mulheres encontram justamente na ação coletiva com outras mulheres a possibilidade de refletir e agir para enfrentar e superar as situações impostas por esses sistemas de exploração/dominação, construindo saídas concretas para as problemáticas de suas vidas cotidianas. Como exemplo, quando buscam autonomia financeira através de políticas públicas que são adequadas ao seu modo de vida e de produção. É essa construção concreta que as camponesas chamam de Feminismo Camponês Popular.

A Bahia é territorialmente um dos maiores estados do país, sendo o maior da região nordeste em dimensão e população, é um estado majoritariamente negro, lugar de muitas expressões da cultura popular, com uma forte história de lutas antirracistas e por libertação, é nesse leito histórico que as camponesas da Bahia se organizam para viver e produzir. E é também um estado de resistência camponesa, onde a diversidade do campesinato brasileiro resiste produzindo alimentos e diversos modos de vida.

Para refletir sobre a autonomia das camponesas e o acesso a políticas públicas é importante destacar que até a constituição de 1988, elas não eram consideradas trabalhadoras rurais, seu trabalho não era reconhecido, como trabalho, nem pela família, nem na comunidade e muito menos pelo Estado e, portanto, não existiam políticas públicas voltadas ao atendimento de suas demandas e a seu trabalho produtivo no campo e, também politicamente, elas encontravam barreiras para o atendimento de suas reivindicações, como nos sindicatos de trabalhadores rurais, onde elas não podiam nem se associar. Foi com muita luta das camponesas do Brasil que se garantiu esse reconhecimento.

Na Bahia, como no país inteiro, é a partir destas condições de discriminação e exclusão social que as mulheres camponesas sentem a necessidade de se organizar politicamente, é então que segundo registros encontrados por Cinelli (2016) que em 1982, se realiza o primeiro encontro de um grupo de camponesas no oeste do estado da Bahia, deste se constituem diversos grupos de mulheres em várias comunidades e municípios, que vão se encontrando para refletir sobre sua realidade e vida como mulheres camponesas e a união destes grupos de mulheres conforma um movimento com diversos nomes. Em 2004, esse movimento de camponesas da Bahia junta-se a outros movimentos de mulheres de outros 16 estados e fundam o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Atualmente, o MMC na Bahia está presente em 30

municípios⁵, nos Territórios de Identidade do Velho Chico, Bacia do Rio Corrente, Sertão Produtivo, Bacia do Paramirim e Vitória da Conquista.

De 1982 até os dias atuais, essas camponesas vivenciaram muitas lutas, seja pelo direito a ser reconhecida como trabalhadora, como para que pudessem ter acesso a previdência, elas participaram de muitas lutas para regulamentar cada direito que lhes foi assegurado na Constituição Cidadã. Chegaram aos anos 2000, com vários direitos garantidos, mas sem que esse reconhecimento se transformasse em acesso a políticas públicas voltadas para agricultura camponesa, que nesse momento era apenas o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que não tinha linha voltada para as mulheres. É em 2003 que essa realidade começa a mudar e junto com outras políticas públicas voltadas à agricultura familiar, se inicia um processo de construção de respostas as lutas históricas das camponesas por políticas públicas.

2.1 - A UNIDADE NA LUTA AGROECOLÓGICA E FEMINISTA

É importante ressaltar, que para as análises expressadas neste artigo, parte-se da compreensão do feminismo como um movimento político de luta, construído e protagonizado pelas próprias mulheres, para desvendar e questionar as desigualdades, discriminações e opressões a que são submetidas enquanto categoria social e avançar coletivamente na conquista de direitos, autonomia e libertação. O feminismo questiona as estruturas sociais de dominação e exploração entre os gêneros, mas também de classes e étnico/raciais, promovendo mudanças concretas na vida das mulheres. Contudo, consideramos uma das maiores contribuições da luta feminista, o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos no cenário social, político e histórico da humanidade, um sujeito político de transformação social.

E, na mesma perspectiva, compreende-se a agroecologia como uma co - construção múltipla entre ciência, práticas sociais ancestrais dos/as camponesas e dos povos tradicionais, quilombolas e indígenas e, uma proposta política, que expressa a defesa de um modo de vida, de produção ecologicamente sustentável e de transformação profunda do paradigma produtivo e de organização social (SILIPRANDI, 2015) (LIMA; PEREIRA, 2020). A agroecologia é um movimento em construção permanente, realizado por diferentes sujeitos, sendo desde nossa

⁵ São eles: Caetité, Conquista, Brumado, Riacho de Santana, Carinhanha, Matina, Iuiu, Palma de Monte Alto, Sebastião de Laranjeira, Urandi, Pindai, Paramirim, Candiba, Guanambi, Licínio de Almeida, Mortugaba, Condeuba, Jacaraci, Aracatu, Santa Maria da Vitória, Canapóles, Tabocas do Brejo Velho, Brejolândia, Serra do Ramalho, Malhada de Pedra, Rio do Antônio, Guajeru, Ibiacussê, Lagoa Real, Igaporã e Tanque Novo.

compreensão, os/as camponeses/as e povos de comunidades tradicionais centrais nesta construção, visto seu papel nas experiências e vivências cotidianas na agroecologia. E dentro destes, as mulheres são protagonistas da construção, multiplicação e definição das diretrizes e princípios da agroecologia.

A partir de uma perspectiva feminista, a agroecologia é e deve ser uma proposta política que reconhece e promove as práticas históricas e sociais das mulheres desde o desenvolvimento da agricultura e da produção de alimentos. Reconhecendo que nas práticas cotidianas as mulheres constroem a agroecologia, seja resistindo ao modelo depredador do capitalismo agrário, em suas diferentes expressões no campo e, seja quando preservam e multiplicam as sementes crioulas, a produção de alimentos saudáveis, diversificados e sem agrotóxicos, criando pequenos animais e na pesca e coleta de mariscos, preservando a biodiversidade local.

As mulheres realizam importantes contribuições para a agroecologia ao produzir, preservar e multiplicar os saberes e conhecimentos populares relacionados com a domesticação de plantas e animais, o melhoramento genético, a produção e os usos das plantas e a preservação da natureza. Estes conhecimentos devem ser reconhecidos e valorizados pela agroecologia, pois são fundamentos de sua constituição, se deve realizar um processo contínuo de construção de conhecimentos entre estes saberes ancestrais das mulheres e as pesquisas e estudos acadêmicos e de instituições de pesquisa. Uma construção dialética entre teoria e prática, que não oculte a participação e a contribuição das mulheres em ambas dimensões na construção do conhecimento agroecológico.

O feminismo camponês popular, é a expressão da luta coletiva e histórica das mulheres camponesas que unifica estas duas lutas, a luta feminista e agroecológica. Esta unidade entre ação e pensamento político, entre a luta por direitos, autonomia e emancipação das mulheres e a luta pela terra e território, pelo reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres e pela soberania na produção de alimentos saudáveis e para a preservação dos bens comuns e da natureza. No âmbito da transformação ampla da sociedade, superando todas as formas de opressão: patriarcal, racista e capitalista (SEIBERT, 2019).

Nesse contexto, o MMC, fortalecia o debate a partir das experiências das camponesas no enfrentamento ao modelo produtivo depredador do agronegócio e das relações patriarcais, machistas e racistas no campo, por meio da proposta de um Projeto de Agricultura Camponesa Agroecológica e Feminista, este projeto político trazia novas formas de denunciar os danos do

agronegócio para a natureza e para a população rural, mas também apresentava soluções para a construção da soberania alimentar do país. Soberania alimentar entendida como o conjunto de direitos dos povos de decidir sobre suas próprias políticas de produção da agricultura e da alimentação, assim como as políticas que organizam a distribuição e o consumo dos alimentos. Incluído de maneira profunda neste processo a valorização do trabalho histórico das mulheres na produção de alimentos promovendo a sua condição de sujeitos e cidadãs de direitos (LEON, 2010).

Mas um projeto político precisa construir ações práticas. Se havia identificado que as mulheres produziam alimentos saudáveis, a partir da agroecologia, mas era preciso dar visibilidade a isso e ampliar essa produção, assim em 2007 o MMC nacionalmente cria a Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis (CNPAS) (MMC, 2008), que resultou em mais do que isso, pois ampliou essa produção, contribuiu para o acesso das camponesas a mercados institucionais e com as formações sobre agroecologia e feminismo, possibilitou que mais camponesas se somassem a esse processo.

A campanha se materializa nas experiências produtivas e organizativas no estado da Bahia, em que as camponesas passaram por inúmeras formações e capacitações, sobre agroecologia, feminismo, políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa, organização produtiva das mulheres, geração de renda e economia das mulheres rurais, associação e cooperativismo e acesso a mercados e, assim, foram melhorando suas práticas agroecológicas a partir da troca de conhecimento entre elas e conseguiram compreender sua própria realidade, perceber as injustiças que o patriarcado, o capitalismo e o racismo trazem a suas vidas.

2.2 - FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DAS CAMPONESAS DA BAHIA

Esse processo motivou a organização produtiva dessas camponesas que pertenciam a uma organização política forte, mas que ainda precisavam a partir do acesso a renda construir mais um pilar de autonomia. Assim, com a CNPAS se constituíram 25 grupos produtivos de mulheres camponesas, sendo 22 deles grupos formais (associações) e 03 deles informais, os quais abrangem aproximadamente 1000 mulheres diretamente, além de suas famílias e também as comunidades e municípios que tem acesso a sua produção de alimentos saudáveis e a economia local que é potencializada pela renda gerada pelo trabalho e organização produtiva destes grupos. Antes de buscar o acesso a mercados foi necessário olhar para o que produziam,

olhar agora com o intuito de conhecer o que era possível comercializar e não comprometer a alimentação da família.

Na campanha, a partir do apoio com a sistematização da produção das camponesas com o uso das cadernetas agroecológicas⁶, que é um instrumento de mensuração da produção dos quintais e tem o objetivo de dar visibilidade a produção das mulheres neste espaço (ALVES; ALVARENGA; CARDOSO; CASTRO; SAORI; TELLES, 2018). A partir desta ferramenta foi identificado que a produção das mulheres já contava com uma enorme diversidade de produtos, como: Abóbora, cana de açúcar, vários tipos de feijão, feijão guandu, tomates, alface, coentro, cenoura, batata doce, quiabo, cebolinha, cebola de cabeça, umbu, melancia, manga, acerola, seriguela, laranja, pinha, graviola, goiaba, banana, coco, melão de neve, limão, mamão, beterraba, etc. A variedade de plantas medicinais é imensa, como também plantam comida para os animais: sorgo, capim e palma forrageira.

Nos anos seguintes, a partir da organização em cada município os grupos foram se formalizando, deixando a produção nas cozinhas das casas de cada camponesa para a produção e elaboração dos alimentos em estruturas próprias de produção das associações e grupos informais, além da aquisição de equipamentos de produção para maiores escalas e com menos desgaste físico das mulheres, e desta forma, os grupos foram conseguindo comercializar seus produtos in-natura, mas também processados, como doces, bolos, biscoitos, tapiocas, beijus (tapioca), petas e produtos processados do semiárido brasileiro nas feiras locais, no Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estes últimos potencializaram o aumento da produção, a estabilidade das vendas, a associação de mais mulheres e um aumento e estabilidade na renda das camponesas.

Além, de proporcionar para elas uma imensa alegria ao saber que as crianças e outras pessoas atendidas pelos programas nos municípios estavam se alimentando do que produziam. Pois os alimentos ofertados são de enorme qualidade nutricional e são oriundos da biodiversidade local, os quais as mulheres conhecem sobre suas formas de produção, extrativismo e processamento para o consumo. Contando, ainda com uma produção e extração

⁶ As cadernetas agroecológicas nascem de uma experiência localizada na Zona da Mata de Minas Gerais, que encontrou diálogo na Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) do então Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), nacionalizando em 2016 por meio de um projeto de fomento nacional a implantação das cadernetas agroecológicas em todas as regiões do país, em parceria com a universidade Federal de Viçosa (UFV).

em convivência ecologicamente sustentável com o bioma semiárido, valorizando e visibilizando seu potencial produtivo agroecológico.

Este processo de transição e potencialização da produção agroecológica das camponesas foi apoiada por organizações de assistência técnica que contribuíram nas capacitações técnicas sobre a produção agroecológica, sobre o processo de beneficiamento e no acesso a comercialização dos produtos. Isso trouxe para as camponesas mais confiança, principalmente na hora de comercializar já que antes da organização nos grupos produtivos elas não tinham nenhum incentivo ou apoio para que pudessem adquirir sua própria renda vinda de seus quintais produtivos e, apenas produziam para o consumo familiar.

Um programa fundamental para fomentar a produção agroecológica, especialmente na formação e mobilização para a convivência com o seminário brasileiro, com condições particulares enquanto as condições climáticas, foram os programas das cisternas, um instrumento para armazenamento de água das chuvas no semiárido, que permitiu potencializar a produção de alimentos saudáveis nos quintais, melhorando sobremaneira a produção, o trabalho e a vida das camponesas. Ainda mais, para as mulheres, responsabilizadas pelo abastecimento de água para os trabalhos domésticos, dessedentação de pequenos animais e irrigação de hortas e pomares. Com a construção das cisternas há uma diminuição da carga de trabalho das mulheres e mais tempo livre para realização de outras atividades, como a participação em reuniões e para produção dos quintais. Além, de que muitas mulheres foram capacitadas para a instalação das cisternas, tornando-se referências e sentindo-se reconhecidas pelo trabalho e conhecimento adquiridos e compartilhados (CALAÇA, 2012).

Entendemos esse processo como a construção de uma práxis, feminista e agroecológica, que se torna antirracista na medida em que é protagonizada por mulheres negras e, coloca suas falas, suas experiências, seus conhecimentos e suas vidas em destaque. Uma práxis que busca com o diálogo entre conhecimentos e a compreensão da realidade a partir de experiências concretas, refletir sobre si mesma, objetivando transformá-la.

A partir das reflexões e ações da CNPAS as camponesas percebem que parte significativa da produção dos grupos produtivos das mulheres vinha de um espaço de produção importante historicamente para a soberania alimentar das famílias camponesas, mas que não era visto, nem valorizado, pois quem produz nesse lugar, chamado quintal, são as mulheres. O quintal sempre teve um caráter estratégico, mas o olhar sobre ele carregava as marcas do

patriarcado que não valoriza o que é das mulheres e, do capitalismo, que não vê como importante aquilo que não gera lucro. O Quintal produtivo é o espaço ao redor da casa que visa cultivar a terra para a produção de alimentos saudáveis e diversificados (RODRIGUES, 2017), espaço de produção de conhecimentos, experiências e de práticas culturais ancestrais mantidas e multiplicadas pelas mulheres.

Neste espaço há uma enorme diversidade produtiva, onde se encontra a horta, as frutíferas, as plantas medicinais, os pequenos animais e as flores. Tem uma simbologia cultural muito forte, como um local das conversas entre as vizinhas ao pé da porta da casa e a brincadeira das crianças, seu elemento fundamental é que nele são as mulheres quem são as responsáveis por decidir o que e como plantar. Percebe-se que o processo de construção dessa valorização que é fruto da luta e organização das mulheres trouxe impactos em sua vida de forma concreta, a partir da organização política, com a luta por direitos, reconhecer-se como trabalhadora, ampliar seu acesso a renda via a comercialização da sua produção, com autonomia produtiva e organizativa.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultados desse processo da campanha é possível elencar inúmeros pontos positivos, como a valorização da produção realizada pelas mulheres e o reconhecimento do quintal como um lugar de construção de autonomia, pois não apenas gera renda monetária, gera também soberania alimentar que começa pela casa, mas se espraia por outros lugares, como escolas, restaurantes populares, locais de trabalho assistencial, a partir das compras públicas. Com o acesso a renda resultado do seu próprio trabalho, as mulheres passam a ser valorizadas e respeitadas por seus companheiros/as e filhos/as, havendo mudanças nas relações familiares e, também há uma melhora na autoestima das mulheres, para muitas é a primeira vez que tem seu próprio dinheiro e que decidem o que fazer com ele.

A campanha com seu incentivo a ampliação da diversidade de cultivos, junto com o PAA e o PNAE que possibilitavam o escoamento dessa produção de forma estável, fazia as camponesas saber para quem produziam, motivando a ampliação dos grupos, ampliação da produção e da variedade de produtos. Outro resultado importante percebido nessa sistematização é que essas camponesas não são uma experiência isolada, elas estão articuladas entre si em nível comunitário, municipal, estadual e nacional, a partir da organização política no MMC, o que possibilita que suas experiências animem outras camponesas em todo o país e

que experiências de outros estados também as fortaleçam. A organização em diversos níveis possibilita que as camponesas se reconheçam em outras camponesas, que mesmo vivendo de formas diferentes, elas podem se ajudar. A organização possibilita que barreiras antes pensadas tão grandes, possam ser ultrapassadas, pois juntas as mulheres são mais fortes e mais criativas.

Para elas, os quintais são as “pequenas” experiências que se tornam grandes quando muitos quintais se juntam para construção da soberania alimentar e da agroecologia e acabam sendo exemplo de mudança para toda a unidade de produção. A própria venda para as políticas públicas deixa isso evidente, cada uma olhava sua produção isoladamente e pensava não ser possível atender as demandas de compras institucionais, mas juntas elas conseguiram e foram aceitando novos desafios.

O acesso a renda possibilitou, melhoras nas condições dos trabalhos domésticos para as camponesas, pois permitiu por exemplo, a compra de máquina de lavar roupas e outros eletrodomésticos, que garantia mais tempo livre para as mulheres, para o lazer, para a participação política na associação, no movimento, na comunidade e para o estudo, muitas voltaram a sala de aula e terminaram os estudos no ensino fundamental e médio e, outras ocuparam seus lugares nas universidades. Essas mudanças também permitem a muitas camponesas tomar a decisão de se afastar de situações de violência doméstica ou do enfrentamento a elas e o fim das mesmas no seio da família.

Em momentos como o que estamos vivendo no Brasil, onde uma conjunção de crise (econômica, ambiental, política, institucional), se agrava com a ampliação do conservadorismo e com a crise sanitária causada pela pandemia do COVID 19, esse artigo, busca apresentar uma reflexão sobre o quanto é importante as políticas públicas voltadas a construção da soberania alimentar, que contribua para autonomia do campesinato em sua diversidade, e em especial das mulheres.

Mas em um país com a burguesia conservadora, atrasada, escravocrata, parece que quanto pior viver o povo, melhor para os que mandam no Brasil, assim vivemos desde 2016 um retrocesso imenso nas políticas públicas em geral, mas em especial nas voltadas para os mais pobres, agravados a partir 2019 pelo governo neofacista e que leva o neoliberalismo as últimas consequências. É em contextos como esses que melhor compreendemos como apenas o acesso as políticas públicas não são suficientes, o que restou as mulheres nesse momento é o que elas tinham antes, a organização camponesa, para se manter em luta contra os retrocessos

e para conquistar novamente políticas públicas que melhorem a vida no campo e na cidade. Pois o fundamento da mudança está na organização das mulheres e do campesinato em geral, em tempos de crise como as que estamos vivendo só a organização do povo tem possibilitado a resistência. Seja nas ações de solidariedade, onde o campesinato mesmo enfrentando dificuldade consegue ajudar parte da classe trabalhadora que mais precisa, seja nas lutas por políticas públicas e por mudanças estruturais na nossa sociedade.

Nesse sentido é importante destacar, que quem entende a agroecologia apenas como uma técnica, ou como um modo de produzir alimentos, limita as potencialidades de construção política da agroecologia. A agroecologia se não for feminista e antirracista, se não buscar organizar o campesinato e construir outra sociabilidade, não passará de um processo de avanços e retrocessos, com maiores possibilidades de retrocessos, pois sem organização política dos camponeses e camponesas não será possível manter outra relação com a natureza que não seja baseada na exploração.

Há a necessidade latente, de que os sujeitos envolvidos no movimento de construção da agroecologia incorporem uma perspectiva feminista e antirracista de forma integral, pois a agroecologia como um movimento e prática política e social que questiona as injustiças e desigualdades sociais, como a concentração da terra, a privatização dos bens comuns, como a água e a biodiversidade, não pode se eximir a reconhecer e promover ações de enfrentamento as desigualdades as quais são submetidas as mulheres e as populações racializadas. Visto que estes sujeitos são centrais na construção cotidiana, prática, política e teórica da agroecologia. Não será agroecologia sem a participação em igualdade das mulheres, em todas os espaços e dimensões de construção da mesma. É o feminismo e a perspectiva antirracista que coloca a agroecologia como parte de um modelo de sociedade que se quer socialmente igualitária, justa nas relações econômicas, humanamente diversa e livre.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de, Feminismo Camponês e Popular: Uma abordagem antirracista, In: Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas, 1ª ed., Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2020.

ALVARENGA, Camila; ALVES, Luciana; CARDOSO, Elisabeth; CASTRO, Nayara de; SAORI, Sheyla; TELLES, Liliam, Caderneta agroecológica e os quintais: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, Minas Gerais, 2018.

CALAÇA, Michela, Rompendo a cerca do isolamento: As relações entre a Agroecologia e as questões de gênero, [Dissertação de mestrado], Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CINELLI, Catiane, O educativo na experiência do movimento de mulheres camponesas: resistência, enfrentamento e libertação, Tese de doutorado em educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CISNE, Mirla, Feminismo e consciência de classes, Cortez, São Paulo, 2014.

DAVIS, Ângela, A liberdade é uma luta constante, Ed. Boitempo, São Paulo, 2018.

JALIL, Laeticia Medeiros. Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. 2009. (Dissertação), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2009.

LEON, Irene, SENRA, Lidia, Aproximación a las soluciones de las campesinas y sus propuestas para conseguir la igualdad de derechos entre mujeres y hombres en el marco de la lucha por la Soberanía Alimentaria, 2007. Estudio elaborado para Entrepueblos.

LIMA, Clara Regina Medeiros de; PEREIRA, Glaciene Vareiro, Agricultura camponesa e agronegócio: Mulheres em resistência, In: Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas, 1ª ed., Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2020.

MMC, Movimento de Mulheres Camponesas, Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida, Passo Fundo, [Cartilha], 2008.

PINILLA, Nara Nara, Mulheres Rurais, Feminismo e Agroecologia: Um Olhar Sobre os Quintais no Sertão do Pajeú – PE, [Dissertação Mestrado], Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha, Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná/PR, In: Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo a prática agroecológica: Relatos de uma vivência, 1ª edição, Ed. Copiart, Tubarão, Santa Catarina, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEIBERT, Iridiani Graciele, Feminismo Camponês Popular: Contribuição das Mulheres Camponesas a Luta de Transformação Social, [Dissertação de mestrado], Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2019.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e Agroecologia: Transformando o campo, as florestas e as pessoas. UFRJ. Rio de Janeiro. 2015.